

CORREIO DO APOSENTADO

POR MARTHA IMENES

Ministro anuncia recursos para manter agências e bônus

Pelas redes sociais, o ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, trouxe boas novas para segurados e servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS): o governo liberou R\$ 217 milhões para o INSS e isso vai garantir a manutenção dos serviços e das agências.

Além disso, diz o ministro, o Ministério da Previdência Social (MPS) destinou R\$ 7 milhões da pasta para a autarquia pagar o bônus dos servidores.

No vídeo, o ministro, bem-humorado, diz que teve várias reuniões durante a semana para garantir o bom funcionamento das agências e unidades



Wolney Queiroz fez o vídeo e publicou nas redes

das agências e unidades

Casa Civil e Planejamento

“Conseguimos com a Casa Civil e o Ministério do Planejamento a liberação de R\$ 217 milhões, limite orçamentário, e isso vai nos permitir cumprir os compromissos de vigilância e limpeza, centrais de atendimento 135, dentre outras atividades. Esses recursos garantem

o cumprimento da nossa missão principal”, disse. E o ministro continua: “A outra boa notícia é que eu estive reunido com a presidente substituta do INSS, doutora Lea Bressy e decidi transferir R\$ 7 milhões do orçamento do nosso próprio ministério para o caixa do INSS”.



Previdência terá que ‘apertar o cinto e reduzir despesas’

“Com isso (recursos do caixa da Previdência) nós vamos fazer os pagamentos da competência de setembro dos bônus dos servidores”, continua o ministro. “Mandei a secretária-executiva, através do nosso secretário Adroaldo (Portal), apertar o cinto, reduzir despesas, e com isso conseguimos fazer a destinação de R\$ 7

milhões ao INSS. Entendo que quem trabalha tem o direito de receber pelo trabalho realizado e eu continuarei debatendo com o governo a importância da manutenção e retomada do PGB ainda este ano. Vale lembrar que para o ano de 2026 já existem recursos devidamente reservados para continuar o programa”.

Orçamento

O orçamento de 2025 prevê R\$ 972 bilhões para a Previdência Social e R\$ 113,6 bilhões para o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Renda Mensal Vitalícia (RMV). O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) abrange empreendimentos distribuídos em 16 ór-

gãos, com total de R\$ 57,6 bilhões. A principal peça orçamentária foi sancionada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em abril. A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025 recebeu a numeração de Lei 15.121, segundo informações da Agência Senado.

Controle interno

O ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, participou da reunião do Fórum das Assessorias Especiais de Controle Interno (Aeci), na sede do Ministério da Previdência. O encontro mensal reúne as chefias de assessorias de controle interno de todos os ministérios do Executi-

vo Federal, a fim de compartilhar experiências e buscar soluções para as demandas dos órgãos. Na reunião, Queiroz assegurou que tem procurado fortalecer o setor no ministério e que espera da alta gestão o compromisso com as iniciativas do Controle Interno.

Fila do INSS vai a 2,77 milhões e tempo de espera cai a 40 dias

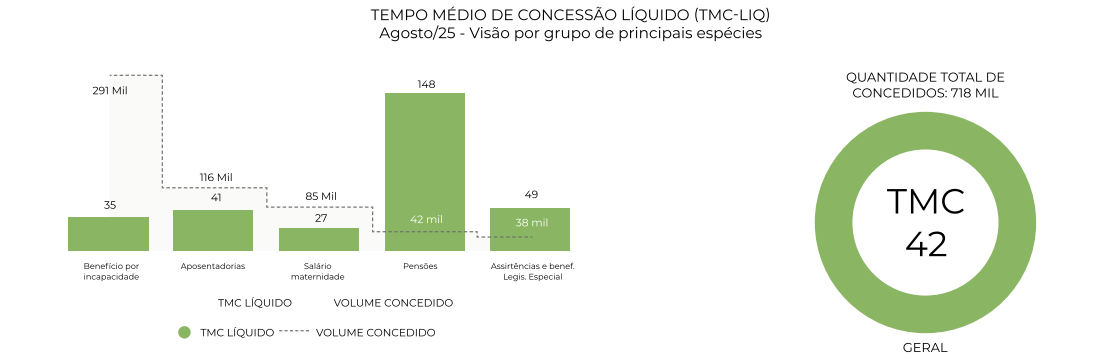
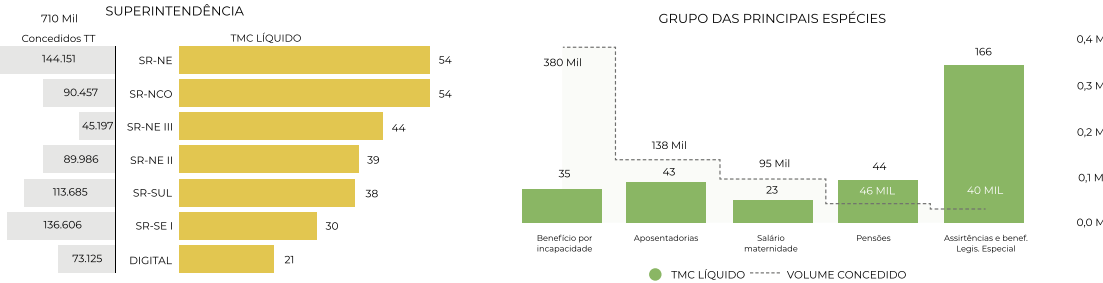
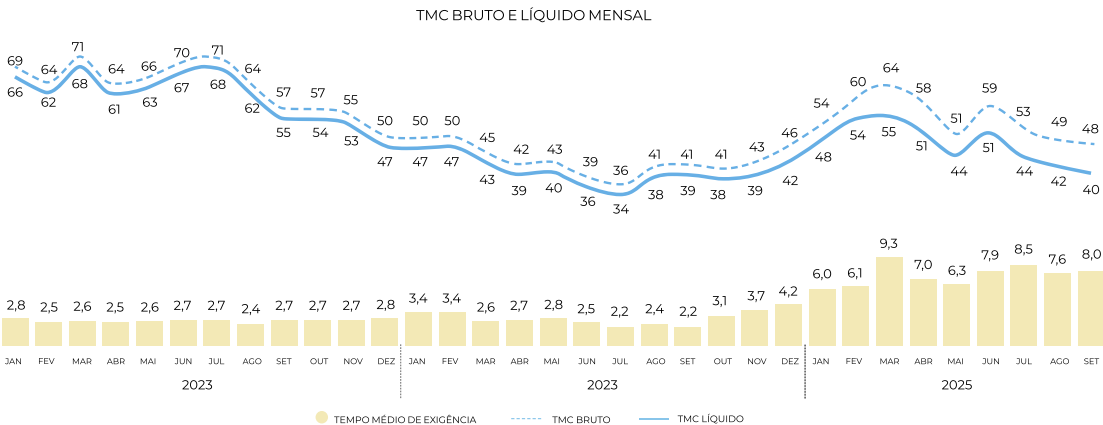
A espera dos benefícios assistenciais, pago aos vulneráveis, está em 166 dias e tende a subir

Por Martha Imenes

E o número de pessoas à espera de uma resposta sobre pedido de benefício no Instituto Nacional de Previdência Social (INSS) só faz subir. O Portal da Transparência Previdenciária a ser publicado com os números de setembro aponta que a fila subiu 5,76%, com 2.778.090 pessoas, ante as 2.626.779 de agosto. A boa notícia é que o Tempo Médio de Concessão Líquido (TMC-Liq) caiu para 40 dias em setembro, ante os 42 de agosto. Já o TMC bruto está em 48 dias, em agosto eram 49. O portal a ser publicado, no entanto, trará um péssimo dado: os benefícios assistenciais estão com uma espera de 166 dias em setembro, ante 148 de agosto. E tendem a aumentar.

Entre os pagamentos assistenciais está o Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos com mais de 65 anos e pessoas com deficiência de qualquer idade, desde que comprovem baixa renda. Em agosto foram concedidos 42 mil benefícios assistenciais e de legislação especial. Em setembro esse número caiu a 40 mil. Ou seja, uma diferença de 2 mil pessoas que não tiveram seu requerimento analisado.

Uma fonte do instituto, que pediu anonimato, conta que as análises dessa modalidade de benefício estão praticamente paradas e alerta que essa queda no tempo de concessão é momentâneo. “É quase meio ano



de espera para uma pessoa em situação de vulnerabilidade que precisa desse benefício para sobreviver”, lamenta.

Lembrando que: TMC-Liq é quando depende de ação do segurado para concessão, por exemplo, quando falta um documento para anexar ao requerimento. E o TMC bruto é quando depende de ação do INSS.

Método utilizado

Outra fonte da autarquia chama atenção para o método utilizado para se chegar ao tempo médio. “O tempo médio de concessão somente é calculado com base nos benefícios concedidos. Se há aumento do estoque e ele vai envelhecendo e o INSS não concede, teoricamente, diminui a quantidade

de concedidos. E, a depender da estratégia utilizada, como por exemplo analisar os mais recentes, o INSS acaba artificializando esse indicador. E cria-se uma bomba-relógio porque quando analisar os pedidos mais velhos o tempo médio vai explodir”.

Ela explica ainda que o TMC é importante para mostrar quanto tempo demora para sair um benefício para a população, mas ele não representa a realidade. Três variáveis deveriam ser levadas em conta para dar uma realidade mais fática do tempo médio de concessão: “Teria que ser verificado o tempo médio de análise, porque consideraria todos os benefícios concedidos e os indeferidos, e o tempo médio do esto-

que (fila). Aí sim seria possível ter um número mais aproximado da realidade das concessões e do trabalho”.

710.431 benefícios

O portal apontará que em setembro foram concedidos 710.431 benefícios, elevando a folha a 41 milhões de pagamentos que demandarão R\$ 83,7 bilhões para quitar benefícios de aposentados, pensionistas e auxílios pagos pelo INSS.

Sem resposta

Mais uma vez, até o fechamento desta edição o INSS não havia respondido aos questionamentos do Correio da Manhã. O espaço está aberto para a autarquia previdenciária se manifestar.

Prazo de contestação de desconto na aposentadoria acaba no dia 14

Por Martha Imenes

Atenção! É o prazo de contestação de descontos não autorizados de mensalidade associativa em aposentadorias e pensões do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que acaba em 14 de novembro. Somente depois da contestação, os beneficiários podem pedir o ressarcimento do dinheiro descontado indevidamente.

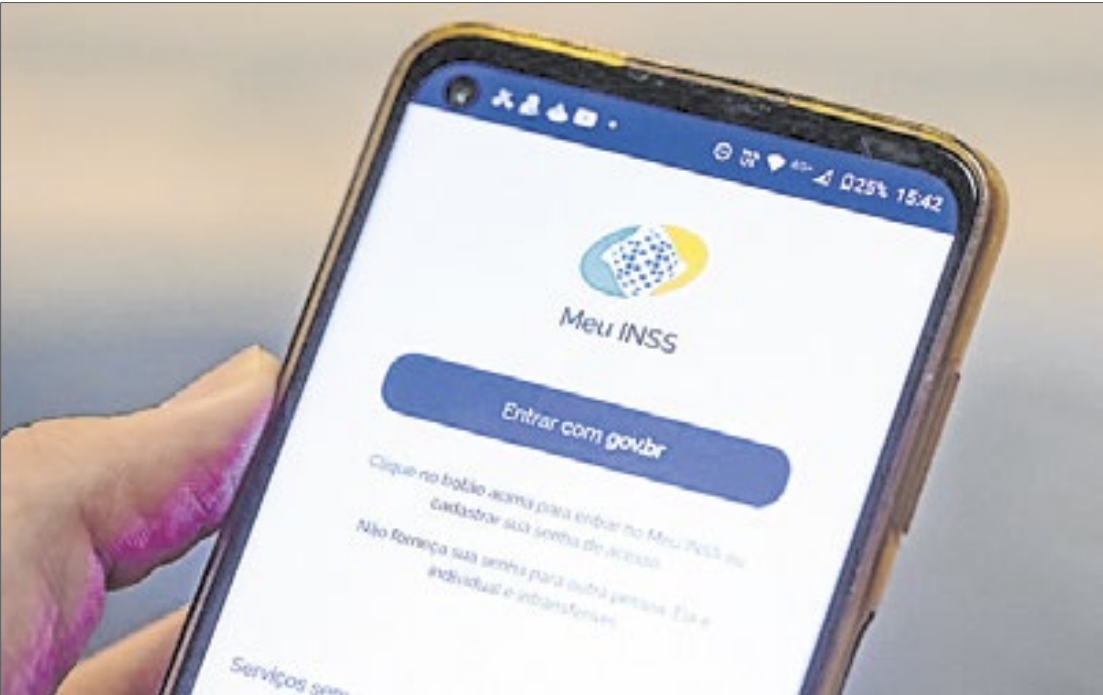
A contestação pode ser feita pelo aplicativo Meu INSS, na Central 135 ou nas Agências dos Correios. Caso o segurado não tenha resposta no prazo (15 dias úteis), o sistema libera para adesão ao acordo. Neste caso (para adesão) somente poderá ser utilizado o aplicativo Meu INSS e os Correios.

Quem pode?

Têm direito ao ressarcimento os aposentados e pensionistas que tiveram descontos entre março de 2020 e março de 2025, e beneficiários com processo na Justiça, desde que ainda não tenham recebido os valores.

Em entrevista ao programa A Voz do Brasil, o ministro da Previdência, Wolney Queiroz deu o alerta: “Então, se você é aposentado, aproveita que o prazo está acabando”.

Apesar de 5,6 milhões de contestações, cerca de 3,5 mi-



Pelo aplicativo Meu INSS aposentados e pensionistas podem contestar os descontos

lhões de aposentados e pensionistas do INSS receberam de volta R\$ 2,44 bilhões referentes a descontos indevidos. Ou seja, 2,1 milhões de pessoas que contestaram o desconto de mensalidades associativas ainda não aderiram ao acordo homologado no STF.

Medida Provisória

O dinheiro para o reembolso vem de medida provisória assinada pelo presidente Lula em julho, que liberou R\$ 3,31 bilhões para o cumprimento do acordo de devolução homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Além dos atendimentos pelo aplicativo Meu INSS, os aposentados com mais dificuldade em lidar como os meios digitais passaram contar também com o atendimento presencial. Cerca de 34% dos atendimentos têm sido realizados por meio de parceria firmada com os Correios.

O ministro explicou que o prazo de 14 de novembro se encerra apenas para contestar o benefício. Após iniciado, o processo só termina quando o reembolso é resolvido.

“O presidente Lula disse que ninguém vai ficar para trás,

ninguém vai ficar no prejuízo. Então, essas pessoas não têm prazo. O prazo é para dar início, para identificar o que foi descontado indevidamente e começa a contar o seu prazo”, finalizou o ministro.

Cuidado com golpe

Golpistas se passam pela Central 135 para enganar segurados sobre a prova de vida. O INSS explica que não entra em contato por telefone ou mensagem para realizar a prova de vida e nunca solicita dados pessoais, senhas ou transferências financeiras.